



ID: 124017683

16-07-2026



Maioria diz que o país está pior mas 79% querem Governo a cumprir mandato até ao fim

Na avaliação aos líderes políticos, sondagem da Católica mostra que apenas Montenegro e Carneiro têm positiva, mas por pouco. Seguro regista melhor nota, porém fica bem atrás de Marcelo

Susete Francisco e David Santiago

A maioria dos inquiridos na sondagem do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (Cesop) da Universidade Católica para o PÚBLICO, RTP e Antena 1 considera que o país está hoje pior do que estava há um ano. Uma insatisfação que não se traduz numa vontade de mudança política: 72% antecipam que o Governo liderado por Luís Montenegro vai cumprir o mandato até ao fim e uma percentagem ainda mais significativa – 79% – defende que completar a legislatura é o melhor cenário para o país.

Num contexto marcado pelo aumento do custo de vida, pelas dificuldades no sector da saúde e, agora, pela incerteza em torno do processo de classificação digital dos exames nacionais (que já era patente à data do trabalho de campo da sondagem, entre 6 e 10 de Julho), 51% das pessoas inquiridas na sondagem defendem que Portugal está pior do que há um ano, contra 12% que dizem que o país está melhor. Pelo meio, são 35% os que sustentam que nem uma coisa nem outra – o país está igual ao que estava no ano passado.

Questionados sobre qual o principal problema do país – numa pergunta aberta, com apenas uma resposta –, os inquiridos apontam sobretudo à saúde. São 17% os que elegem esta

área como a mais problemática. A alguma distância, surge a qualidade da governação, com 12% a apontarem ao Governo, à gestão (e inacção) política, falta de estratégia ou liderança. Logo abaixo, o custo de vida/inflação/rendimento disponível surgem como o principal problema para 11%.

Com os preços das casas, seja para compra ou arrendamento, a atingirem máximos históricos, a habitação é apontada como o ponto mais problemático por 10% dos inquiridos.

Vários degraus abaixo, a imigração é a maior preocupação para 5% das pessoas, lado a lado com a corrupção. No fundo da tabela dos problemas do país, com 2% das respostas, surgem a justiça e a segurança – uma percentagem que contraria o discurso político da percepção de insegurança.

A sondagem do Cesop mostra também que a estabilidade política é um princípio preocupado pelos portugueses. Mesmo defendendo, maioritariamente, que o país está pior, a larga maioria dos inquiridos não antecipa – e não quer – uma crise política que resulte em eleições antecipadas.

Questionados sobre o cenário que consideram mais provável – o Governo cumprir o mandato até ao fim ou haver eleições antes de 2029 –, e isto “independentemente das preferências políticas”, uma percentagem de 72% antecipa que o executivo de Luís Montenegro vai cumprir a legislatura, contra 26% que antevêm o cenário de eleições antecipadas.

E se uma expressiva maioria não vê legislativas no horizonte, são ainda mais os que consideram que eleições antecipadas não seriam uma boa notícia. Questionados sobre o que seria melhor para o país, 79% dos inquiridos optam pelo cumprimento integral do mandato saído das legislativas de 2025, enquanto 17% defendem que o melhor seria o país avançar para eleições antecipadas. Um indicador relevante para os tempos que se avizinham, nomeadamente com a discussão e votação do Orçamento do Estado para 2027, ao indicar que, não sendo desejado um cenário de eleições, quem o provocar pode arcar com o ónus da decisão. Por outro lado, vem também dar respaldo à posição do Presidente da República, que já avisou que se baterá pela estabilidade e que um chumbo do OE não será sinónimo de eleições.

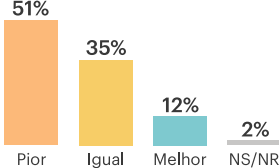
Positiva à risca

Numa altura em que o país continua em suspenso no processo de classificação dos exames nacionais, o primeiro-ministro e líder do PSD e o secretário-geral do PS são os únicos a receber avaliação positiva, embora nenhum vá além do dez. Continuando a analogia com estudantes finalistas do secundário, muito dificilmente Luís Montenegro e José Luís Carneiro conseguiriam entrar no curso pretendido, ao passo que os restantes líderes dos partidos com assento parlamentar teriam de repetir o ano.

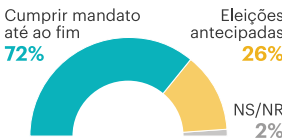
ID: 124017683

16-07-2026

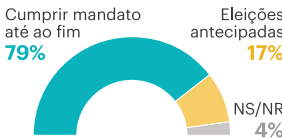
Em geral, o país está pior, igual ou melhor do que há um ano?



Independentemente das suas preferências políticas, o que é que considera como mais provável que aconteça ao actual Governo?



O que seria melhor para o país?

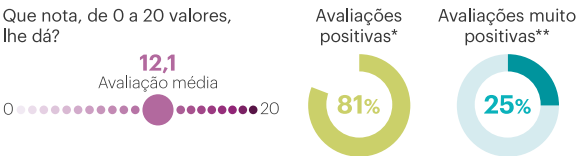


Qual é o principal problema do país neste momento?



A resposta a esta pergunta era aberta, não havendo uma lista de respostas pré-definidas. Cada pessoa só podia dar uma resposta e todas as respostas foram posteriormente agregadas em temas. O gráfico apresenta um resumo dos temas referidos por pelo menos 2% dos inquiridos.

Como avalia estes primeiros meses de mandato do Presidente António José Seguro?

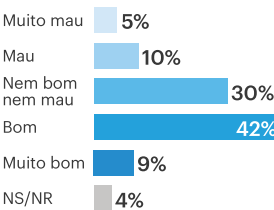


*Este valor resulta da divisão do número de avaliações positivas (iguais ou superiores a 10) pelo número total de avaliações. **Este valor resulta da divisão do número de avaliações iguais ou superiores a 16 pelo número total de avaliações.

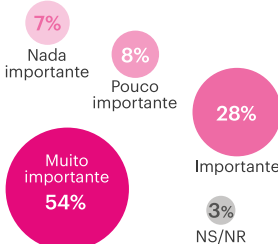
Avaliação do primeiro-ministro e dos líderes de partidos na Assembleia da República

	Sabe quem é? (% sim)	Avaliação média (0 a 20)	Avaliações positivas (%)	Avaliações ≥ 16 (%)
Luís Montenegro	99	10,2	64	10
José Luís Carneiro	87	9,8	61	7
André Ventura	99	7,5	39	11
Mariana Leitão	81	8,6	49	3
Rui Tavares	77	9,3	57	9
Paulo Raimundo	79	7,6	37	3
José Manuel Pureza	52	7,4	39	2
Inês de Sousa Real	75	7,3	40	1
Nuno Melo	86	8,4	49	4
Filipe Sousa	34	7,9	44	1

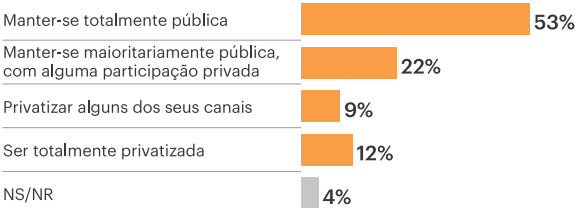
De um modo geral, como avalia o desempenho da RTP enquanto serviço público de televisão e rádio?



Qual é a importância para o país de manter um serviço público de rádio e televisão?



Qual das seguintes opções será melhor para o futuro da RTP, tendo em conta os interesses do país?



Ficha técnica: este inquérito foi realizado pelo Cesop – Universidade Católica Portuguesa para a RTP, Antena 1 e PÚBLICO entre os dias 6 e 10 de Julho de 2026. O universo-alvo é composto pelos eleitores residentes em Portugal. Os inquiridos foram seleccionados aleatoriamente a partir duma lista de números de telemóvel, também ela gerada de forma aleatória. Todas as entrevistas foram efectuadas por telefone (CATI). Os inquiridos foram informados do objectivo do estudo e demonstraram vontade de participar. Foram obtidos 996 inquéritos válidos, sendo 43% dos inquiridos mulheres. Distribuição geográfica: 31% da região norte, 19% do centro, 36% da Área Metropolitana de Lisboa, 6% do Alentejo, 5% do Algarve, 1% da Madeira e 2% dos Açores. Todos os resultados obtidos foram depois ponderados de acordo com a distribuição da população por sexo, escalões etários, região e comportamento de voto com base nos dados do recenseamento eleitoral e das últimas eleições legislativas. A taxa de resposta foi de 34%*. A margem de erro máximo associado a uma amostra aleatória de 996 inquiridos é de 3,1%, com um nível de confiança de 95%.

*Foram contactadas 2968 pessoas. De entre estas, 996 aceitaram participar na sondagem e responderam até ao fim do questionário.

Fonte: Cesop — Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, Universidade Católica

PÚBLICO

A sondagem do Cesop começa por mostrar que o primeiro-ministro e líder do PSD e o presidente do Chega, André Ventura, têm o maior nível de notoriedade (ambos com 99%), ou seja, são aqueles que os entrevistados mais reconhecem. Seguem-se José Luís Carneiro (87%), secretário-geral do PS, que lidera os socialistas há cerca de um ano, Nuno Melo (86%), presidente do CDS e ministro da Defesa, e Mariana Leitão (81%), líder da IL desde Julho do ano passado.

A metodologia do Cesop neste estudo pressupõe que os inquiridos só avaliaram os nomes que assumiram conhecer, o que significa que Montenegro foi avaliado por 99% e Filipe Sousa por apenas 34%.

Montenegro teve a melhor nota (10,2), ligeiramente abaixo da registada em Abril de 2025 (10,7). Há também um ligeiro recuo na percentagem de avaliações positivas: passou de 66% em Abril de 2025 para 64%. Por outro lado, registou 10% de avaliações iguais ou superiores a 16.

Numa fase em que o PS surge na liderança das intenções de voto de sondagens realizadas nas últimas semanas por outras empresas, o líder socialista está taco a taco com Montenegro no que à avaliação diz respeito. José Luís Carneiro obtém uma nota média de 9,8 (arredonda para dez), 61% de avaliações positivas, sendo que consegue apenas 7% de classificações de 16 ou mais. Os 9,8% de Carneiro comparam com os 9,6% conseguidos em Abril de 2025 pelo então líder do PS, Pedro Nuno Santos.

Muito perto da positiva estava Rui Tavares (9,3), substituído como co-porta-voz do Livre por Jorge Pinto, que recolhia 9% de avaliações iguais ou acima de 16, uma percentagem bem acima dos 4% que o partido alcançou nas últimas legislativas.

Já André Ventura obtém 7,5, o que representa uma melhoria face aos 6,2 alcançados em Abril de 2025. E se o líder populista obtinha então 31% de avaliações positivas, agora consegue 39%. O presidente do Chega é ainda quem regista a maior percentagem de notas elevadas (de 16 ou mais): 11%.

Seguro atrás de Marcelo

O actual Presidente da República, que iniciou o mandato a 9 de Março passado, recebe uma nota média de 12,1, com 81% de avaliações positivas e 25% de classificações iguais ou superiores a 16. Esta avaliação coloca António José Seguro como o actual protagonista político mais bem avaliado.

Todavia, esta é uma nota bem abaixo da conseguida por Marcelo Rebelo de Sousa na fase inicial do seu primeiro mandato. O primeiro estudo em que o Cesop mediu a avaliação a Marcelo data de Novembro de 2016 – o que significa que essa primeira avaliação foi feita com o então chefe de Estado há mais meses no cargo do que acontece agora com Seguro – e o à data Presidente conseguia uma nota usual avaliação média de 16,3.

Serviço público Desempenho da RTP elogiado pela maioria

Ana Bacelar Begonha

A maioria dos inquiridos faz uma avaliação positiva do trabalho da RTP e acredita que o serviço público de televisão e rádio se deve manter no futuro. A opinião tem mais adeptos à esquerda, sendo os votantes do Chega aqueles que menos valorizam a RTP. Mais de metade das pessoas entrevistadas pelo Cesop prefere ainda que a empresa se mantenha “totalmente pública” porque asseguraria uma melhor gestão ou independência.

Questionados sobre como avaliam o desempenho da RTP, a maioria dos inquiridos (42%) diz que é “bom”, a que acrescem 9% que o classificam como “muito bom”, isto é, 51% de avaliações positivas. Já 30% dizem que não é “bom nem mau”, 10% respondem que é mau e apenas 5% falam num serviço “muito mau”. Os entrevistados com ensino superior tendem a avaliar melhor a actuação da RTP: 47% defendem que é boa, comparando com 37% com ensino secundário ou menos que dão a mesma resposta. É entre os eleitores do PS nas legislativas de 2025 que a RTP colhe opiniões mais positivas: 51% qualificam o desempenho como bom.

A avaliação é “maioritariamente positiva entre os votantes de todos os partidos, com a excepção do Chega”: 45% dos inquiridos que votaram AD apontam que o desempenho é “bom”, seguidos de 30% dos eleitores da IL e de 24% dos do Chega. O mesmo número de entrevistados afectos ao partido populista de direita radical (24%) classifica o serviço público como “mau”. A opinião é favorável à esquerda, existindo 54% de eleitores do Livre, CDU, BE e PAN que respondem que o desempenho é “bom”.

A maioria dos inquiridos defende também que é “muito importante” manter um serviço público de rádio e televisão (54%). É mais uma vez entre as pessoas com maior nível de escolaridade (61%) e os eleitores de esquerda – 62% do PS e 74% dos restantes partidos – que esta ideia prevalece, em contraste com os votantes do Chega (37%). No que toca ao futuro da RTP, 53% sustentam que se deve “manter totalmente pública”. Só 22% dos entrevistados preferiam ver a RTP “maioritariamente pública”, mas “com alguma participação privada”, 12% gostariam que fosse “totalmente privatizada” e 9% optariam por “privatizar alguns dos seus canais”.



JOSE SENA GOULÃO/LUSA

Primeiro-ministro enfrenta hoje o seu terceiro debate do estado da nação desde que assumiu funções como chefe de Governo

Governança

Sem estado de graça, Montenegro chega ao estado da nação sob pressão

Adriana Castro

Primeiro-ministro chega ao debate do estado da nação perante aumento do custo de vida e na sombra do chumbo da reforma laboral

Um dia antes do final do prazo para a publicação das notas dos exames nacionais, Luís Montenegro chega hoje ao seu terceiro debate do estado da nação num contexto muito diferente daquele em que enfrentou os dois anteriores. Com algumas sondagens a colocarem a AD atrás do PS – e outras também atrás do Chega –, dois dos ministros mais populares do executivo sob pressão e um cenário de défice orçamental no horizonte, o primeiro-ministro sobe nesta à tribuna da Assembleia da República sem o estado de graça que marcou o início da legislatura. Ao mesmo tempo, deverá insistir na veia reformista do Governo, mas ainda na sombra do recente chumbo da reforma laboral, uma das

suas principais apostas políticas.

O debate deverá ficar inevitavelmente marcado pela crise em torno dos exames nacionais. Fernando Alexandre – que chegou a surgir em sondagens como um dos ministros mais bem avaliados deste Governo – chega fragilizado depois das dificuldades na classificação das provas e sob a ameaça de uma comissão parlamentar de inquérito proposta pelo Bloco de Esquerda, não afastada pelo Chega e considerada pelo PS “cada vez mais inevitável”.

A educação foi um dos primeiros ministérios em que o executivo procurou imprimir uma marca reformista. Em Março, Fernando Alexandre apresentou a reorganização do ministério – assente na digitalização dos serviços, na redução de estruturas e numa diminuição de 50% do mapa de pessoal – como um exemplo das mudanças que o Governo queria implementar na administração pública no âmbito da reforma do Estado que Montenegro assumiu como bandeira e que deu direito a um ministério homónimo.

Quatro meses depois, é o Ministério

da Educação que concentra uma das mais recentes crises políticas do executivo, mas Montenegro será também chamado a responder pela polémica que envolve o ministro da Administração Interna. Luís Neves, que depois da tomada de posse, em Fevereiro, surgiu também em sondagens como o ministro com melhor desempenho, está agora sob fogo devido ao caso das obras realizadas numa propriedade sua em Odemira por uma empresa que trabalhou para a Polícia Judiciária quando era director nacional.

Os dois casos alimentam um cenário de desgaste que contrasta com o contexto em que o Governo chegou aos anteriores debates do estado da nação: em 2024, poucos meses após tomar posse; em 2025, depois de sair reforçado das eleições legislativas. Agora, disputa o segundo lugar com o Chega nas sondagens, enquanto o PS continua na liderança.

O que vai também a exame neste debate é a fórmula que permitiu a Luís Montenegro governar sem maioria, procurando entendimentos ora à esquerda, ora à direita. Depois do chumbo da reforma laboral, uma das

principais apostas reformistas do executivo, o Governo fechou um acordo com o PS para viabilizar a Prestação Social Única (PSU). Os socialistas voltam assim a ganhar peso numa altura em que se aproxima a preparação do Orçamento do Estado para 2027.

O Governo insiste em que a estratégia se mantém, mas o chumbo das alterações ao Código do Trabalho, apresentadas como uma reforma essencial para a competitividade da economia, mostrou que a fórmula não é infalível, com o Chega – com quem o executivo tinha negociado – a votar contra e ao lado dos partidos da esquerda.

Ainda assim, a proposta de alterações à lei laboral poderá voltar ao Parlamento. É pelo menos essa a intenção da ministra do Trabalho, Maria do Rosário Palma Ramalho, que, depois de se ter dirigido, no Congresso do PSD, a Luís Montenegro, com um “lá iremos outra vez”, destacou que considera esta reforma tão inevitável “como o nascer do Sol”.

Poucos dias depois do chumbo, a maioria que falhou à direita deu lugar a um entendimento ao centro:

PSD e PS chegaram a acordo para viabilizar a PSU.

A mudança de interlocutor foi até destacada pelo próprio PSD. “Foi possível aprovar com o PS. Ainda bem que não foi com o Chega”, afirmou o líder parlamentar dos sociais-democratas, Hugo Soares, dias depois de, no congresso do partido, ter defendido que via no Chega “mais vontade” de negociar do que nos socialistas. André Ventura respondeu que o entendimento com o PS resultou da incapacidade do PSD para viabilizar um acordo com o Chega.

A aproximação ao PS ganha particular relevância face à preparação do Orçamento do Estado para 2027. Depois de o PS ter já viabilizado os dois orçamentos da governação da AD e de o Chega ter inviabilizado a reforma laboral, volta a surgir a dúvida sobre quem será o parceiro preferencial do Governo.

É certo que, em caso de chumbo do Orçamento, não se perspectiva uma crise política. O Presidente da República, António José Seguro, já disse que o seu entendimento não é o de dissolver a Assembleia da República, mas um Governo em duodécimos veria reduzida a sua margem de manobra num contexto em que o Banco de Portugal prevê um regresso aos défices neste ano – sendo escassa, desta feita, a margem para Luís Montenegro anunciar um novo bónus para as pensões, como aconteceu no debate do ano passado.

“Governar com resultados”

O Governo tem procurado manter a imagem de um executivo “fazedor” através da comunicação. Em jeito de preparação para o debate do estado da nação, a AD lançou a iniciativa “Governar com Resultados”, distribuindo ministros pelo país para prestar contas do trabalho feito.

A presença dos governantes segue a lógica da comunicação directa defendida pelo próprio chefe do executivo, cuja presença em três dos cinco jogos da selecção portuguesa no Mundial de futebol (contra o Uzbequistão, Croácia e Espanha) foi justificada pelo líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, desta forma: “Nós somos do povo, gostamos de futebol.”

Para lá das polémicas das últimas semanas, o debate deverá ainda passar por áreas que continuam sem solução definitiva, como a saúde, a habitação – numa altura em que os preços continuam a aumentar e depois de o Governo ter aprovado uma proposta de lei de alteração ao regime de arrendamento urbano e a recuperação das zonas afectadas pelas tempestades do início do ano. Apesar dos avanços na apreciação dos pedidos de apoio à recuperação de habitação, o processo está longe de ficar concluído e o Governo está obrigado a dar resposta ao relatório da Presidência da República, que identificou “insuficiências de coordenação, clareza e interoperabilidade”.

ID: 124017683

16-07-2026

Finanças públicas

Travagem no mercado de trabalho já pressiona Orçamento do Estado deste ano

Sérgio Aníbal

Surpresas positivas dadas pela receita contributiva aos orçamentos nos últimos anos não deverão repetir-se em 2026

Pela primeira vez desde a pandemia, o número de trabalhadores a contribuir para a Segurança Social em Portugal está a diminuir face ao mesmo período do ano anterior. É um sinal evidente de abrandamento do mercado de trabalho, que, para o Governo, pode significar que irá deixar de poder contar com a ajuda extraordinária que as receitas da Segurança Social têm vindo a dar ao desempenho das finanças públicas do país ao longo dos últimos anos.

De acordo com as estatísticas publicadas pela Segurança Social, o número de trabalhadores (incluindo os por conta de outrem e os independentes) que estão a contribuir para o sistema foi, em Abril, 1,1% mais baixo do que tinha sido no mesmo mês do ano anterior. São menos 51,5 mil trabalhadores a financiar o sistema com as suas contribuições, numa inversão da tendência que se tem vindo a registar ao longo dos últimos anos.

É preciso recuar até Março de 2021, ainda com a economia e o mercado de trabalho afectados pela pandemia, para encontrar outra variação negativa deste tipo nas estatísticas. E, antes da pandemia, apenas recuando até 2014, quando o país se estava a despedir da *troika*, se consegue encontrar a última vez em que o número de trabalhadores a contribuir para a Segurança Social estava em queda.

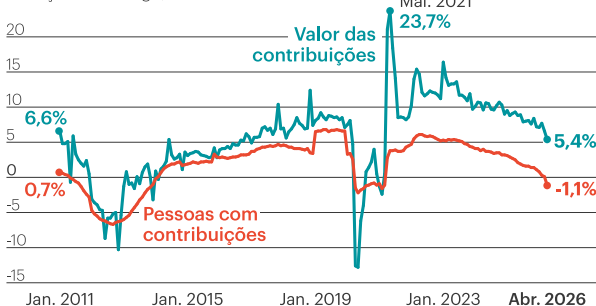
Ao longo dos últimos dez anos, com a interrupção provocada pela pandemia, as taxas de crescimento do número de trabalhadores a contribuir foi muito elevada, situando-se consistentemente acima dos 5% entre o início de 2022 e o final de 2023, começando depois a abrandar progressivamente. No último mês de 2024, a variação foi de 3,2% e no final de 2025 de 1,1%. Em 2026, o indicador entrou finalmente em terreno negativo. As alterações realizadas nas regras relativas à imigração (que conduziram a uma diminuição significativa dos fluxos líquidos de trabalhadores imigrantes a partir de meados de 2024) e o abrandamento de



MIGUEL MANISO

Mercado de trabalho em abrandamento

Variação homóloga, em %



Fonte: Segurança Social

PÚBLICO

alguns dos sectores de actividade que mais contribuíram para a criação de empregos, como o turismo, estão entre as explicações principais para este fenómeno. A evolução do número de trabalhadores a contribuir reflecte-se, como é óbvio, no valor das contribuições efectuadas por estes. De taxas de crescimento de 10% entre 2022 e o final de 2024, passou-se agora para ritmos de crescimento bastante mais moderados. De acordo com os dados publicados pela Segurança Social, este ano ainda começou em Janeiro com uma variação homóloga das contribuições de 7,1%, mas em Abril este número já tinha caído para 5,4%, algo que pode constituir uma má notícia para quem decidiu assumir a meta de manter as

finanças públicas portuguesas numa situação de excedente.

“Brilhantes” orçamentais

A forma como o mercado de trabalho em Portugal evoluiu ao longo da última década e meia, apenas com a interrupção ocorrida durante a pandemia, tem sido um factor crucial por trás não só do ritmo de crescimento da economia acima da média da União Europeia, como também do desempenho melhor do que o esperado das finanças públicas.

O crescimento muito significativo do número de pessoas empregadas e a variação acima da inflação do valor do salário médio têm vindo a contribuir para que as receitas obtidas pelo Estado através dos impostos

sobre o trabalho e das contribuições para a Segurança Social tenham vindo a atingir, ano após ano, valores superiores aos projectados inicialmente pelos governos.

De facto, uma parte importante da explicação para os “brilhantes orçamentais” conseguidos pelos governos desde 2015 até agora encontra-se neste desempenho acima do previsto das receitas provenientes do mercado de trabalho, nomeadamente as contribuições para a Segurança Social que não foram afectadas, como aconteceu com o IRS, por descidas de taxas.

Os últimos três anos são exemplos desta tendência que, desde 2015, apenas não se verificou nos anos da pandemia. No Orçamento do Estado para 2023, o então ministro das Finanças, Fernando Medina, apontou inicialmente para a obtenção de uma receita total com as contribuições para a Segurança Social de 30.652 milhões de euros. No entanto, no final do ano, num cenário de crescimento do número de pessoas a contribuir acima de 5% e de crescimento das contribuições superior a 10%, a receita final obtida acabou por ser de 32.815 milhões de euros, isto é, mais de 2000 milhões acima do orçamentado, o que constituiu uma ajuda preciosa para que se atingisse nesse ano um excedente orçamental surpreendentemente elevado e uma descida da dívida pública para um valor abaixo de 100% do PIB.

Nos dois anos seguintes, já com Joaquim Miranda Sarmento à frente das Finanças, as surpresas vindas das receitas da Segurança Social foram semelhantes. Nos orçamentos do Estado de 2024 e 2025, esperavam-se, respectivamente, aumentos de 4,4% e de 6,1%, mas no final o crescimento das receitas com contribuições atingiu os 9,3% em 2024 e 8% em 2025. A receita acima do previsto foi de quase 2000 milhões de euros em 2024 e de 921 milhões em 2025, ajudando a que os excedentes obtidos nos dois anos surpreendessem pela positiva.

No entanto, como mostra o resultado já um pouco mais moderado de 2025 e indicam os dados dos primeiros meses deste ano, parece estar-se a caminhar para o fim deste fenómeno, o que significa que o actual Governo dificilmente poderá vir a contar com a já habitual surpresa positiva vinda dos números da receita contributiva.

Para este ano, o Governo inscreveu no Orçamento do Estado um aumento da receita com contribuições da Segurança Social de 6,2%. Os dados da execução orçamental publicados pelo Ministério das Finanças mostram que, nos primeiros cinco meses do ano, a variação homóloga da receita com contribuições se situa em 7,1%, ainda acima do orçamentado.

No entanto, a tendência de abrandamento que se tem vindo a registar ao longo do ano, em sintonia com a evolução do número de trabalhadores, indicia que se poderá estar a caminhar para uma variação deste indicador no final do ano que, no mínimo, não supere muito o valor orçamentado.

Ministro mais prudente

A ausência desta ajuda extra de que beneficiaram os exercícios orçamentais anteriores é ainda mais relevante porque 2026 já prometia ser particularmente desafiante para as finanças públicas portuguesas, principalmente tendo em conta que as metas traçadas pelo Governo são ainda de manutenção de um excedente orçamental.

Do lado do Ministério das Finanças, as declarações feitas este ano em relação ao Orçamento têm sido marcadas pela prudência. Embora mantendo como meta um pequeno excedente orçamental, Joaquim Miranda Sarmento já assumiu a possibilidade de, em 2026, Portugal voltar a registar um défice, embora de pequena dimensão.

ID: 124017683

16-07-2026

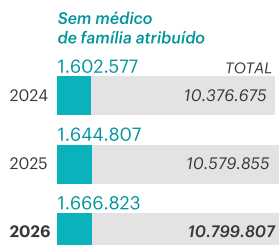
Debate no Parlamento

O estado da nação em

O Parlamento debate hoje o estado da nação. Além da situação política, importa ver como o país se encontra em várias áreas. O PÚBLICO escolheu sete áreas que retratam o estado do país.

Utentes inscritos nos cuidados de saúde primários

Dados de Maio de cada ano



Fonte: ACSS PÚBLICO

Saúde

O prazo já expirou, a promessa continua por cumprir e parece cada vez mais inatingível. Luís Montenegro prometeu uma resposta de médico de família até ao final de 2025 para todos os portugueses, mas os números andam em sentido contrário. Em Maio deste ano, contavam-se 1.666.823 utentes sem médico de família, mais 20.544 do que no mês anterior. É o terceiro aumento consecutivo do ano, já que em Abril e em Março os utentes a descoberto também tinham subido em cerca de 22 mil e de 31 mil face aos meses anteriores, respectivamente.

Olhando ao período de governação da AD, entre Maio de 2024 e Maio de 2026, há mais cerca de 64 mil utentes sem médico de família, indicam os dados enviados pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) ao PÚBLICO. A ministra Ana Paula Martins tem justificado com o aumento de novos inscritos nos centros de saúde e já avisou que, apesar de continuar a ser uma ambição, não será possível dar médico a todos nem neste ano, nem no próximo.

De facto, em dois anos, o número de inscritos nos cuidados primários aumentou em 423.123, atingindo um total de 10.799.807 em Maio passado. Embora o número de utentes com médico de família também tenha aumentado (mais 362.238 em dois anos), esta subida não é suficiente para acompanhar o aumento de novos utentes.

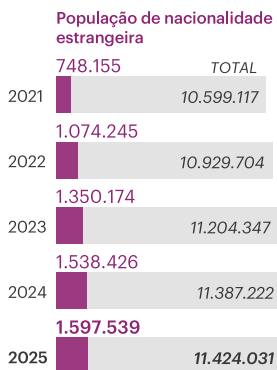
Os números são dinâmicos e é provável que recuem no próximo mês com a contratação dos médicos que terminaram a especialidade de medicina geral e familiar na primeira época deste ano. Mas também é provável que, com o ritmo de novas inscrições no SNS, no final do ano fique tudo

mais ou menos na mesma. Ou seja, mais do que uma promessa, fica um enorme problema por resolver, numa altura em que duas das propostas avançadas pelo Governo (as novas unidades de saúde familiar modelo C e as convenções com médicos de família) ainda não avançaram.

Inês Schreck

População

Residentes em Portugal



Fonte: INE PÚBLICO

Demografia

Em Junho, o Instituto Nacional de Estatística (INE) reviu em alta a população portuguesa: somos afinal 11.424.031 pessoas e 14% estrangeiros residentes, ou seja, 1.597.539. Isto altera a fotografia do país, sobretudo porque a mudança nos últimos anos foi expressiva: entre 2021 e 2025, houve duplicação do número de residentes estrangeiros, com quase mais 850 mil pessoas.

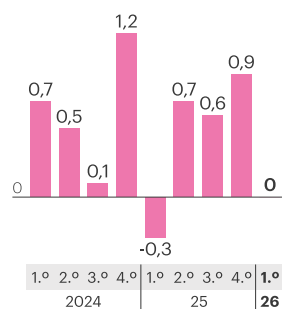
Os dados publicados não significam todos, necessariamente, novas entradas. São um reflexo de vários fatores ligados à burocracia da regularização, e é preciso lembrar que a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) recuperou pendências nestes últimos anos. De qualquer forma, os dados mostram também que o crescimento da população sul-asiática está a desacelerar e já há travagens com mudanças de posições no top das nacionalidades mais representadas. A comunidade indiana foi ultrapassada em 2025 pela angolana – que soma agora mais de 103 mil cidadãos nas estatísticas oficiais. O crescimento dos cidadãos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nas estatísticas do INE foi expressivo nestes cinco anos.

Os indicadores disponibilizados pela Segurança Social revelam, porém, que o rácio de contribuintes para o sistema, por total de estrangeiros residentes, diminuiu ligeiramente face a 2021 e 2022, mas continua a ser significativo. Em 2025, houve 223 mil estrangeiros a contribuir com 561,7 milhões de euros.

Joana Gorjão Henriques

Variação trimestral em cadeia do PIB

Em percentagem, por trimestre



Fonte: INE PÚBLICO

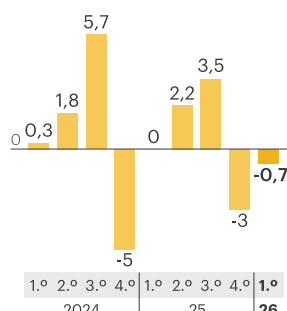
Economia

Tal como já tinha acontecido em 2025, a economia portuguesa iniciou 2026 a um ritmo bastante mais lento do que aquele que vinha apresentando nos trimestres anteriores. Nos primeiros três meses deste ano, o crescimento foi praticamente nulo, com o contributo positivo da procura interna (principalmente do investimento) a ser anulado pelo contributo mais negativo das relações com o exterior (principalmente devido ao aumento das importações necessárias para realizar mais investimento).

A meta de crescimento de 2% traçada pelo Governo fica assim mais difícil de alcançar, exigindo um crescimento médio trimestral até ao final do ano de cerca de 0,5%. Será preciso aproveitar bem o efeito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), voltar a ganhar quota de mercado nas exportações e esperar que a inflação não dispare e que o Banco Central Europeu não suba mais as taxas de juro. Sérgio Aníbal

Saldo orçamental trimestral

Em percentagem do PIB



Fonte: INE PÚBLICO

Contas públicas

É preciso recuar até 2022 para encontrar nos dados das contas públicas portuguesas outro primeiro trimestre em que o saldo orça-

gráficos

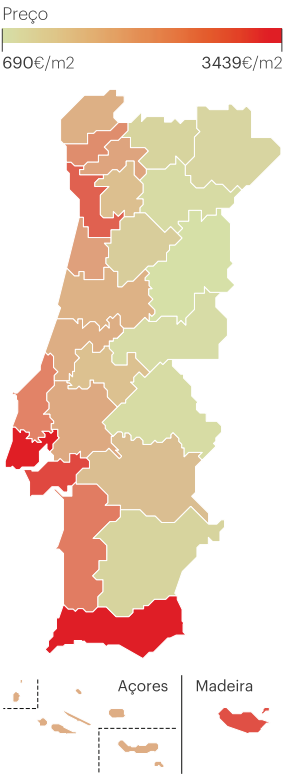
ID: 124017683

16-07-2026

mental tenha sido negativo. O défice trimestral de 0,7% revelado pelo INE para o primeiro trimestre deste ano é um dos mais recentes sinais daquilo para que todas as entidades nacionais e internacionais alertam e que os próprios responsáveis do Governo admitem: Portugal arrisque a regressar aos défices em 2026 e 2027, depois dos excedentes consecutivos registados em 2023, 2024 e 2025.

O problema está na combinação de uma conjuntura potencialmente menos favorável – em que o mercado de trabalho português deixa de poder ser a tábua de salvação das finanças públicas – com o impacto das medidas tomadas pelo Governo nos últimos anos, nomeadamente a redução dos impostos. O executivo ainda aponta nas suas previsões para excedentes em 2026 e 2027, mas instituições como o Banco de Portugal, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia estão bem mais pessimistas. **Sérgio Aníbal**

Valor mediano das vendas de casas em 2025 e variação face a 2024



Fonte: Instituto Nacional de Estatística PÚBLICO

Habitação

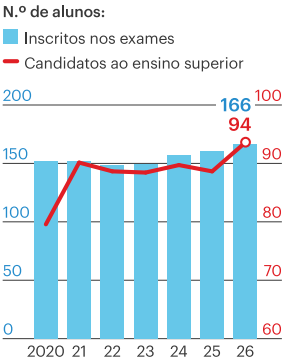
O preço das casas continua a subir a um ritmo muito superior ao da média da União Europeia (UE). O Índice de Preços da Habitação regis-

tou uma subida de 17,6% em 2025, o que compara com 9,1% em 2024, de acordo com dados do Eurostat. A média da UE situou-se em 5,5% (3,3% em 2024). E a progressão no primeiro semestre de 2026 mantém-se acelerada (17,8%), embora ligeiramente abaixo do recorde verificado no quarto trimestre do ano passado (18,9%).

Numa década (2015-2025), a valorização acumulada atingiu uns impressionantes 180%. A reduzida oferta de casa (para compra e arrendamento), apesar da estimativa de 250 mil fogos vazios, o aumento da procura por jovens (incentivados por medidas como a garantia pública e isenções fiscais), mas também por estrangeiros, explicam boa parte desse aumento. **Rosa Soares**

Mais estudantes a prestar provas, mais aspirantes à universidade

Números arredondados em milhares



Fonte: Ministério da Educação PÚBLICO

Educação

Está debaixo de fogo a classificação dos exames do secundário, que servem também para aceder ao ensino superior. Há 166 mil jovens e respectivas famílias, e milhares de professores, que agora desconfiam de um processo que sempre suscitou debate (estes exames nunca foram caros para muitos), mas ninguém suspeitava de que as notas não fossem atribuídas de acordo com as regras. Há outra dimensão: isto aconteceu no ministério que “arriscou” uma reforma com a reestruturação dos serviços de cima abaixo, fundindo direcções-gerais, fechando departamentos e cortando metade do pessoal.

Há outros temas importantes, como a falta de professores, ou as várias mudanças no ensino superior, mas os exames e o concurso de acesso que está prestes a arrancar ofuscam-nos. Aqui, há uma boa notícia num país onde as qualificações ainda não são as desejáveis: houve um ligeiro aumento da per-

centagem dos jovens que pretendem candidatar-se à universidade.

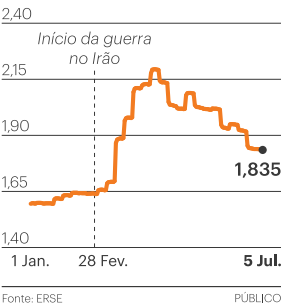
Ajuda haver menos exigência este ano para entrar – uma prova apenas, em vez das duas do ano passado, o que não é consensual, mas foi a solução encontrada face à redução dos candidatos em 2025. **Andreia Sanches**

Combustíveis

Neutralidade fiscal é a única coisa que o Governo tem para oferecer aos consumidores de gasóleo e gasolina, cujos preços estão muito acima dos do início de 2026: usando descontos no imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), contra a vontade de Bruxelas, para anular a receita extra de IVA devido

Preço médio sem desconto começou a subir após o início da guerra no Irão e mantém-se acima dos valores de Janeiro

Gasóleo simples sem desconto (€/l), em 2026



ao aumento do preço dos combustíveis. A culpa é internacional: a guerra Estados Unidos da América/Israel-Irão deu início a este movimento; a falta de capacidade de refinação na Europa faz o resto. Quem ganha são as petrolíferas, que estão a vender destilados médios com margens três vezes maiores.

O ministro da Economia, Manuel Castro Almeida, garantiu ontem que não há outros apoios em vista além do desconto semanal no ISP que tem sido aplicado. Mas o preço alto do petróleo também mexe com as contas públicas.

Nas contas do orçamento, por cada 20% de aumento no crude, o crescimento do produto interno bruto (PIB) desacelera 0,1%, a inflação aumenta até 0,3% e agrava-se o défice comercial pela importação de energia. **Victor Ferreira**



O estudo

Uma introdução, 16 áreas das políticas públicas apresentadas com um diagnóstico e esclarecidas com uma análise, mais de 150 páginas, 23 especialistas de diferentes áreas. O estado da nação que o Instituto para as Políticas Públicas Sociais (IPPS-Iscte) publica no dia em que a Assembleia da República debate o estado do país tem como mote este ano “Governar com Um Parlamento Fragmentado”. O título transversal é várias vezes mencionado ao longo do texto, ora para enquadrar fracassos, ora para explicar progressos, mas sempre como pano de fundo a fragmentação que limita a acção do Governo.

Explica Pedro Adão e Silva, o coordenador do estudo e presidente do IPPS: “Portugal vive numa situação atípica em termos europeus: um Governo de coligação minoritário, sem acordos de incidência parlamentar ou, no que seria uma alternativa, sem um parceiro preferencial assumido na Assembleia da República.” Segundo o presidente do IPPS-Iscte, “esta excentricidade condiciona as capacidades políticas do executivo liderado por Luís Montenegro”.

Mas para serve este trabalho? “Um dos focos do IPPS é qualificar o debate e aproximar a reflexão da academia do público generalista e dos agentes no terreno”, diz Pedro Adão e Silva. O tom crítico, o facto de ter sido ministro do PS e a imagem que certos sectores atribuem ao Iscte, como sendo uma universidade de esquerda, não comprometem essa missão, diz Adão e Silva. “Basta ver os estudos que se fizeram quando o Governo era do PS”, para se constatar que o que está em causa é “um olhar crítico da academia”.

Como coordenador do estudo, o que mais impressionou Pedro Adão e Silva foi um “padrão recorrente” marcado pela ausência de avaliação, de monitorização e planeamento das políticas públicas. “Temos um problema de excesso de reformas”, diz. Nessa perspectiva, as mudanças permanentes de medidas, no que designa por “grande substituição”, têm redundado em vários momentos em “grandes falhanços”.

Desconcentração

CCDR foi alvo de “captura política” com a “contra-reforma” do Governo

Manuel Carvalho

Relatório sobre o estado da nação do Iscte avalia avanços e recuos. Políticas públicas oscilam entre o mau e o suficiente menos

O relatório do Instituto para as Políticas Públicas Sociais (IPPS-Iscte), que todos os anos produz um retrato sobre o “estado da nação”, não é meigo em muitas das análises que faz à actuação do Governo, mas, no capítulo dedicado ao “Estado”, as críticas são ainda mais duras. O autor deste capítulo, David Teles Pereira, analisa as reformas do Governo nas cinco comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) do país e conclui que em causa esteve uma “contra-reforma” que voltou a permitir que os governos reintroduziam no seu funcionamento “mecanismos de ingerência directa e de controlo político” no que devia ser um órgão com autonomia. De uma

forma ainda mais assertiva, o que está em causa, diz David Teles Pereira, é uma “captura política” das CCDR.

Já no ano passado o instituto que orbita em torno do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa tinha dedicado o foco das suas análises sobre o estado da nação à organização do Estado e publicara uma sondagem que produziu resultados, para muitos, surpreendentes: 71% dos inquiridos gostariam de ver reaberta a discussão sobre regionalização; e 57% eram da opinião que “os presidentes das CCDR deveriam ser eleitos por sufrágio directo”, contra apenas 3% que concordavam em “atribuir esta responsabilidade aos governos”.

As mudanças introduzidas pelo Governo do PS em 2023 iam no sentido da opinião da maioria. Para lá de mudar a natureza jurídica das comissões, que deixaram de ser “serviços periféricos da administração directa do Estado” para se tornarem institutos públicos. E, mudança maior, a forma como a sua liderança era escolhida pôs de lado a ingerência do Governo.

7

Com este Governo, o número de vice-presidentes das CCDR passou de quatro para sete

71%

Segundo uma sondagem do Iscte-IUL, 71% dos inquiridos gostariam de ver reaberta a discussão sobre regionalização

À luz desse modelo, o presidente e dois vices eram eleitos por um colégio eleitoral dominado por autarcas. Depois, estes eleitos cooptavam mais dois vice-presidentes. Só que o que estava definido como uma eleição indirecta dos órgãos das comissões depressa deu origem a um pacto entre o PS e o PSD para distribuírem entre si as cinco presidências – o que continuou a acontecer já no actual Governo. Como modelo, porém, esse avanço é considerado por David Teles Pereira como “o primeiro avanço decisivo no sentido da autonomia regional”. Até que, ainda no primeiro Governo de Luís Montenegro, as confederações agrícolas começaram a protestar contra a integração dos serviços de agricultura nas comissões e o novo ministro, José Manuel Fernandes, começou a ceder.

No ano passado, os vários incómodos no Governo forçaram o ministro da tutela, Manuel Castro Almeida, a arrasar o legado do PS – e fê-lo com a concordância de José Luís Carneiro, já que, como registou o então Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, o

ID: 124017683

16-07-2026

diploma fez-se com “o acordo dos dois partidos com maior representatividade autárquica”. A “contra-reforma” avança com o alargamento do número de vice-presidentes de quatro para sete (mais o presidente). Só que, agora, cinco dos sete vice-presidentes são nomeados pelo Governo, que dispensa inclusive a participação da Cresap. Com esta mudança, “reforçaram-se os mecanismos de ingerência directa e de controlo político por parte da tutela governamental – quer sobre a composição orgânica dos conselhos directivos quer sobre a condução política destes órgãos”.

A “última palavra”

Este recuo e “desinteresse em aprofundar a autonomia regional” é, explica o autor, o regresso da ancestral “resistência dos governos em abdicarem de um princípio centralizador no que respeita às CCDR”. Em diversas participações públicas, o ministro Castro Almeida contesta a ideia de recuo, dizendo que o que está em causa “não é descentralização, é desconcentração”, sendo ainda assim, na sua opinião, “um passo em frente no combate ao centralismo”. Na cerimónia de nomeação da presidência da CCDR do Alentejo, porém, Castro Almeida foi claro no que são as prioridades dos nomeados: mesmo que vivendo em “dupla dependência” entre “o ministro que propõe a sua nomeação, e que lhes dá orientações”, e o presidente da CCDR, “a última palavra não pode deixar de ser do Governo, que é o órgão superior da administração pública”.

Para David Teles Pereira, ao cercear a “legitimidade democrática” e a latitude da “autonomia regional”, o Governo agravou “significativamente a possibilidade de pressão governamental sobre este órgão executivo”. Até porque os vices nomeados pelo Governo estão em maioria no conselho directivo das CCDR – cinco contra três. Ora este recuo, explica Teles Pereira, destrói “aquela que deveria ser a grande mais-valia histórica projectada para as CCDR: a sua capacidade de planeamento e coordenação transversal e horizontal das políticas públicas no território”. Os cinco vice-presidentes não eleitos ficam a parecer, escreve o autor, “mais que dirigentes, postos avançados ou até mesmo Cavalos de Troia dos respectivos ministérios nas CCDR”.

Enquanto o ministro vai dizendo em público que o que está em causa é um passo concebido para facilitar no futuro o avanço para a Regionalização Administrativa, o balanço do estado da nação do IPPS acusa-o de ter minado os passos dados com as mudanças de 2023. “Este Governo não só reafirma um princípio centralizador, como parece conceber estas entidades [as comissões] como o veículo perfeito para perpetuar essa centralização sob o disfarce de reforma administrativa.”

O Estado, a nação e o estado da nação vistos pela academia

Os 2% na defesa

No relatório anual do secretário-geral da NATO, publicado em Março de 2026, Portugal aparece ao lado dos bons alunos: no ano anterior, tinha cumprido a meta de 2% de despesa na área da defesa, como se tinha comprometido nas cimeiras anteriores da organização. Entre 2023 e 2025, o gasto do Estado na defesa tinha subido de 3563 milhões de euros para 6118 milhões.

Pedro Seabra, investigador do Iscte, foi à procura da origem do dinheiro e encontrou nos critérios “mais amplos” da NATO sobre o que é gasto militar a origem da multiplicação da despesa. Para lá do que gasta o Ministério da Defesa, investimento na cibersegurança, em infra-estruturas críticas, sistemas espaciais ou investigação tecnológica acabaram por entrar na rubrica das despesas militares.

Feitas as contas, dos 6118 milhões enviados para a NATO, só 4114 milhões foram despesa especificamente militar. Os restantes 2004 milhões “resultaram de contributos de outras áreas governativas”.

A percepção “distorcida” na imigração

As notícias das últimas semanas foram abundantes na referência do “disparo” da população imigrante. Cláudia Pereira e Rui Pena Pires, do Iscte, e José Leitão, da Nova, põem água fria na fervura do “descontrolo”. O que aconteceu, escrevem, foi que “nos ciclos mais recentes” o ritmo de crescimento foi, “em termos relativos, menos intenso” do que em períodos anteriores. Ou seja, “os maiores aumentos relativos da imigração ocorreram nas décadas de 1980 e 1990, quando o número de imigrantes mais do que duplicou”.

Os autores não subestimam o aumento “em número absoluto” de imigrantes, mas justificam-no mais pela dinâmica económica do que com a configuração de políticas. “Mais do que ‘portas abertas’ ou ‘portas fechadas’, o que faz aumentar, ou diminuir, a imigração em todo o mundo é a economia”, escrevem. Havendo empregos, há e haverá sempre fluxos. Principalmente porque



ADRIANO MIRANDA

em muitos sectores em que os imigrantes se empregam, como a construção ou a agricultura, abunda a informalidade que “permite a fixação de imigrantes indocumentados”.

As finanças, bom tempo com nuvens perto

As contas públicas registam superávites desde 2023, mas neste ano e no próximo regressam ao vermelho. Pelo meio, Portugal registou a “terceira maior queda do rácio da dívida pública da área euro entre 2021 e 2025 (-34,2 pontos percentuais)”. A façanha está a implicar, de acordo com Sérgio Lagoa, do Iscte, custos para a economia e a sociedade — em especial no investimento público, que no período ficou abaixo da média da União Europeia (2,8% do produto interno bruto [PIB], contra 3,3%) e na “deterioração de alguns serviços públicos”. Sérgio Lagoa dedica-se depois a avaliar o impacto de políticas fiscais, em especial a redução na taxa de IRC, que tem custos nas receitas do Estado. E conclui que essa redução tem um impacto marginal no crescimento do PIB — por cada abaixamento de 1% da taxa, o impacto no crescimento limita-se a 0,1% do PIB, de acordo com o Banco de Portugal, e isto se a redução do imposto for “totalmente reinvestida pelas empresas no aumento do capital”. No quadro do regresso do défice já este ano, o autor recomenda uma “reflexão cuidadosa sobre mais cortes de impostos”. Mesmo reconhecendo que os impostos sobre as empresas têm implicações no crescimento. Em comparação com a UE, e incluindo as derramas municipais,

a “taxa efectiva média” era a décima mais elevada entre os 27 países da União.

A TAP numa “rota acidentada”

Miguel Madeira, também do Iscte, analisa a “rota acidentada” da TAP e, já numa fase adiantada da sua reprivatização, recomenda que qualquer opção que venha a ser escolhida não seja apresentada como uma “inevitabilidade”. No mesmo quadro de crise da covid-19, o Governo italiano deixou falir a Alitalia, depois adquiriu parte dos activos da companhia por 1,35 mil milhões de euros e criou a ITA Airways — que neste ano deverá ser vendida ao grupo Lufthansa em 90% do seu capital. A ITA “é hoje uma empresa com maior dimensão, mais rentável e atractiva do que a antecessora”. Ou seja, havia uma alternativa ao plano do Governo de António Costa.

Entre as opções em aberto para a venda de parte do capital da empresa, o grupo Lufthansa e o grupo Air France/KLM, Miguel Madeira regista riscos e oportunidades. O CEO da companhia alemã “é conhecido pelas posições intransigentes contra a interferência estatal”. Ora, “um futuro governo que pretenda assumir uma postura mais activa na gestão da TAP entrará em confronto com esta visão”. Depois, a Lufthansa é conhecida pelo conflito com os sindicatos. E, pela sua posição dominante na Europa, poderá levar as autoridades da concorrência a forçar a venda de slots da TAP nos aeroportos nacionais.

Já o grupo franco-neerlandês revela uma “aptidão comprovada na interacção com os governos e

na acomodação de interesses políticos”. Como desvantagem, tem uma estrutura financeira mais débil e a exigência de manutenção das bases de Faro e Porto “pode colidir com a ambição do grupo de concentrar sinergias nos mercados brasileiro e norte-americano”.

O CSI, um pobre instrumento contra a pobreza

Logo em Maio de 2024, o primeiro Governo de Luís Montenegro elevou o valor mensal de referência do Complemento Solidário para Idosos (CSI) de 550,6 para 606,6 euros, com a promessa de o fazer subir até 870 euros em 2029. Ao mesmo tempo, alterou os critérios da condição de recursos, eliminando dos cálculos o rendimento dos filhos do beneficiário. Consequência: o número de beneficiários cresceu 32% em 2024 e 13% em 2025. E a prestação média em 2025 era 32% superior à de 2023. No prazo de dois anos, a despesa com o complemento cresceu 128%, para os 535 milhões de euros. Através de um conjunto de simulações, os autores deste capítulo, Amílcar Moreira, do ISEG Research, e Armindo Silva da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, concluem que a mudança “não se traduziu em impactos significativos no combate à pobreza”. Os resultados, avisam os autores, devem ser lidos com cuidado, mas indicam que o número de pessoas em situação de risco de pobreza recuou apenas 0,1 pontos percentuais. A leitura dos resultados leva os autores a produzir avisos sobre o plano de elevar o valor de referência do CSI para os valores do salário mínimo. Em primeiro lugar, porque levaria à duplicação do número de beneficiários (passando para 490 mil) e quadruplicaria o volume de despesa face a 2024. Mas este aumento de despesa produziria uma redução da pobreza entre os mais idosos na ordem dos dez pontos percentuais. Feitas as contas, os autores defendem que “a equiparação do CSI ao valor do limiar da pobreza oferece uma melhor alternativa do que a equiparação do CSI ao valor do salário mínimo”. **M.C.**

Como vai a nação

Sondagem Maioria diz que Portugal está pior, mas 79% querem o Governo a cumprir mandato até ao fim
Pressão Montenegro chega a debate do estado da nação com problemas na educação **Emprego** Travão
no mercado de trabalho condiciona OE **Raio X** Sete gráficos que explicam o país **Destaque, 2 a 9**